



AVANTE!

Órgão central do Partido Comunista Português (S. P. I. C.)

PREÇO 550

JANEIRO, 1933

N.º 9

A resposta do Partido Comunista Português

AOS DECRETOS-INQUISITORIAIS DE AMNISTIA DA DITADURA FASCISTA

A's massas trabalhadoras, oprimidas e exploradas do proletariado e da pequeno-burguesia

Dir-se-á que nos atiramos ao lume, menosprezando a nova época de terror fascista que vai iniciar-se. Dir-se-á que brincávamos com o fogo, enfrentando-o resolutamente, sem timidez, sem medo, sem covardia, precisamente no momento em que os interesses de uns, o comodismo de outros e a covardia de muitos vão constituindo norma geral entre «certas forças revolucionárias», que se dizem inimigos da ditadura.

Desde que existimos, porém, como partido de classe, como partido do proletariado, que declaramos guerra de morte à ditadura fascista, «como o maior inimigo das massas trabalhadoras». A nossa acção revolucionária aí está bem patente por toda a parte — nos campos e nas cidades — como nas vilas e aldeias, por todos os lados enfim, onde é necessário defender o proletariado e as massas trabalhadoras pobres contra a exploração capitalista da alta burguesia e as repressões e repressão do seu Estado de classe — a ditadura fascista. O perigo, jamais nos fez recuar. Não nos fará recuar ou sequer diminuir na intensidade da luta, agora, também, no momento da acentuação crescente do desemprego e da ofensiva capitalista, posto que a violência da repressão vá atingir proporções até hoje desconhecidas, mais brutais ainda, mais perversas e inquisitoriais. Pelo contrário, a nossa acção contra a ditadura fascista será tanto mais persistente e sintomática, quanto mais o exigir a defesa das massas oprimidas e exploradas do proletariado e da pequena-burguesia, de que somos a vanguarda revolucionária.

Pretendem os jornais burgueses fazer acreditar que os decretos inquisitoriais, sobre a «amnistia e regulamentação dos crimes políticos», há

dias publicados, constituem uma manifestação evidente da «generosidade cavalheiresca e da estabilidade indiscutível» dum governo forte, invencível.

Mentem, quando tal afirmam. Só quem não quiser ou tiver receio do ver, o poderá confirmar. Nós, por nosso lado, que auscultamos dia a dia as misérias do país inteiro; que sabemos ter aumentado atterradoramente o desemprego e quanto é afiliva a situação económica das massas trabalhadoras da pequena-burguesia — artesãos, tendeiros, pescadores e pequenos proprietários agrícolas — a contas com as dívidas, com as hipotecas e contribuições, a contas com a ruína, a caminho da proletarianização, nós, afirmamos, não somos da mesma opinião e proclamamos, publicamente, «obedecer a nova tática governamental a uma derradeira habilidosa de estabilização», a alicear simpatias que lhe faltam, a aumentar a sua base económica e política, a limitar e a dividir a sua «frente inimiga» constituída pelo proletariado e pequena-burguesia, que não desarma, apesar de todas as perseguições e dos mais barbaros e degradantes espancamentos, apesar de todas as torturas e processos de flagelação usados pela polícia política fascista.

Não é forte, a posição da ditadura fascista; a posição das forças inimigas, organizadas e armadas, «alheias por completo ao movimento revolucionário das massas trabalhadoras», é que tem sido fraca. Houvessem essas forças adotado processos e ideias novas e ido até onde deveriam ir, sem receios nem covardias; tivessem cumprido com a sua missão histórica sob a pressão revolucionária das massas operárias e camponesas, e a ditadura fascista teria desaparecido há muito

já, apoiada como tem estado exclusivamente na alta propriedade agrária, na alta finança, na alta industria e baínetas dos altos comandos militares.

Mas o «golpinho de Estado» tem sido a preocupação máxima, o enlevo exclusivo dos mentores da pequena burguesia. A revolução, de que tanto falam, contra o que seria de supor, atemorisa-os.

Além disso, a mentalidade anarquista, teoricamente apolítica, mas na realidade confucionista e incompreensível, não podia deixar de produzir os seus efeitos ruinosos, afastando as massas operárias de qualquer movimento político sério, por uma subordinação servil a todos os chefes pequeno-burgueses, sem uma política e um partido de classe que as esclarecessem e dirigissem nos momentos decisivos da luta. O partido comunista, quasi não existia há 3 anos. A sua acção, a princípio, mal se poderia ter sentido. Não se sentiu, mesmo, como partido organizado, de classe.

Daqui, a separação absoluta entre as forças motrizes da revolução democrático-burguesa e os seus chefes respectivos, e os «pronunciamentos» militares limitados às grandes cidades; o alheamento das massas operárias e camponesas nesses movimentos «acanhados», e a duração «forçada» da ditadura fascista, ante a crise que alastra e a realisação revolucionária crescente das massas.

Portugal, não completou ainda a sua revolução democrático-burguesa. Não poderá realiza-la, sem a pressão das massas operárias e camponesas. Sem estas, aquela será impossível.

Algumas das principais riquezas nacionais estão ainda nas mãos do imperialismo estrangeiro, sobretudo do imperialismo inglês. Económica-



mente, Portugal é um paiz vassallo do capital financeiro inglés, pouco mais duma semi-colónia da Inglaterra.

Uma terça-parte—mais talvez—dos seus campos é constituída ainda pela grande propriedade latifundiária, na posse privada de meia dúzia de senhores da terra, perdurando ainda por quasi todo o paiz fortes reminiscências semi-feudais, como foros, trabalhos de porcaria, braçal, etc. etc., ao lado do pequeno proprietário agrícola, pobre e miseravel, ás vezes semi-operário, crivado de dividas, e a avalanche dos operários rurais dosemprégados, semi-dosempregados ou ganhando «4 ou 3 escudos e mesmo 25 tostões por dia», sem horário de trabalho, submetidos á mais degradante miséria, cheios de fome, tratados como servos da gleba, e sem a protecção de qualquer subsidio de desemprego, de doença, de velhice e invalidez.

Nas cidades e vilas o mesmo espectáculo entre o proletariado: salários de fome, horarios incertos de trabalho, limitações dos direitos sindicais, negação do direito de greve, limitação dos direitos de imprensa e reunião, de propaganda e organização, sem quaisquer seguros ou subsidios no desemprego, na invalidez, velhice ou doença.

Apezar, porém, do abandono a que foram votados pelos caudillos pequeno-burgueses ou relegados ao mais ruinoso abstencionismo politico pelos chefes anarco-sindicalistas — que são contra a politica operária mas não cuidam enfundar-se ás correntes politicas da pequena-burguesia — as massas operárias exploradas e oprimidas dos campos e das cidades, não dormem. E o governo, bem o sabe.

As manifestações do 1.º de Maio de 1931 em Lisboa, Porto, Alhandra, Portimão, Silves, etc., etc., exclusivamente dirigidas pelo Partido Comunista (à excepção do Porto onde em todo o caso havia o ambiente e auxilio por nós criado), a jornada de Fevereiro do ano passado, que, não obstante o aparato policial e militar do governo da ditadura e a votação apressada do decreto-burla de instituição do trabalho forçado em lugar do subsidio ao desemprego, fez paralisar cerca de 25.000 operários em Lisboa e determinou grandes manifestações em Alhandra, Cascais, Silves e paralizações parciais em muitas outras localidades, sob direcção exclusiva do Partido Comunista; os levantamentos de caponeres proximo de C. Branco, Portalegre, Tondela, Vila Franca de Xira, Santarem, Alenquer, Beja e Ferreira do Alentejo, grande parte deles com bandeiras vermelhas e vivas ao Partido Comunista e á U.R.S.S.; as prisões em massa de comunistas, no paiz, de Abril a principios de Maio do ano passado; as manifestações em Lisboa em 4 de Setembro ultimo, promovidas pelo P. C. e Juventude Comunista; as greves, emfim, levadas a efeito numa grande parte do paiz sob a orientação da C.I.S. ou organismos

seus simpatizantes «são indicações seguras de indico da crise e radicalização revolucionaria das massas e da falta de apoio da ditadura fascista no proletariado dos campos e das cidades e, ainda, a razão do aparecimento dos decretos generosos», ou decretos burlas, no momento da reconstituição da «União Nacional» — o partido politico da ditadura — e da organização do nacional-sindicalismo, brigadas de assalto e defeza do fascismo, e ao mesmo tempo de provocação e desagregação das classes trabalhadoras, desmoralizadas pela crise.

Não ha duvida de que assistimos a uma nova fase da ditadura fascista, no momento da acentuação da crise. Os seus processos são, ao mesmo tempo, cada vez mais repressivas e demagógicas.

Simplesmente, o fascismo portuguez procura alargar as suas bases no final da estabelisação relativa do capitalismo, no momento em que vão entrar na luta as grandes massas operárias e pequeno-burguesas, atiradas, emfim, para a solução revolucionario da crise do capitalista.

E, que assim é, vão-no proclamando aberta e inofismavelmente na sua luta contra a ditadura, contra o predomínio da grande burguesia agrária, contra o recrudescimento das forças reaccionarias da egreja, contra a alta finança e as grandes concentrações industriais — os monopolios — contra o fascismo, emfim, como a melhor forma, «como a unica forma de realizar imediatamente as suas reivindicações mais urgentes e inadiáveis».

As suas lutas, isoladas ou colectivas, no campo economico, vão revestindo cada vez mais a forma de lutas politicas contra a ditadura.

O governo não desconhece, porem, o meio ambiente que o cerca. Antes ao contrario, conhece-o bem e, por isso, procura «ativar» as simpatias da pequena burguesia e das camadas mais inconscientes do proletariado, desmoralizando-as a uma e outras pela demagogia desagregadora e corruptora do nacional-sindicalismo — o melhor sustentaculo da alta burguesia agrária, — e pela acção requintadamente jesuitica pervertora e contra-revolucionaria dos seus decretos fascistas sobre a «amnistia» e «regulrisação» dos presos politico e sociais(?).

¿ Pois que pretende o governo fascista da alta burguesia agrária e financeira ao decretar a «distincção» entre presos politicos «patriotas, altruistas» e presos politicos «gananciosos, odientos e profissionais do mal»?

¿ Que pretende o governo fascista da alta burguesia agrária e financeira ao decretar a «distincção» entre «comunistas idealistas» e «comunistas implicados no fabrico e transporte de material revolucionario, procurando, canalhamente, classificar estes de terroristas»?

¿ Que pretende ele ao decretar a «negação do direito á greve, á organização politica e sindical» e liberdade

de imprensa e reunião do proletariado?

¿ Que pretende o governo fascista da alta burguesia agrária e financeira ao decretar a «instigação e o convite á denuncia» — essa arma repugnante da «moralista» burguesia — instituindo o premio noventa e ignobil da sua «comiseração generosa á traição dos delactores»?

— «Alvejar, confundir, corromper e aniquilar» o movimento revolucionario, que cresce como mar encapelado e «começa derrui-la», supondo atemorizar-nos — o miseravel! — decretando-nos «criminosos do delito comum, submetendo-nos aos seus tribunais especiais e amarrando-nos ás grilhetas do desterro»!

Esquece, o governo fascista, que se os comunistas fossem «terroristas», ha muito tempo já que ele, governo, teria entregue a alma a deus e o corpo á terra fria, ou ao céu, conforme vontade expressa...

Mas nem assim conseguirá dominar-nos e dominar as forças motrizes da revolução, o carrasco assassino do proletariado revolucionario.

Apezar de termos um partido novo, pequeno, sem recursos e desfalcado em algumas centenas de camaradas presos e deportados, nem assim éle «conseguirá dominar-nos» no nosso entusiasmo revolucionario clandestino ou legal, com os seus barbaros espancamentos, processos perversos e espectro «generoso» de «grilhetas do delito comum»! O proletariado é inextotavel.

O Partido Comunista Português não desarma, não conhece o medo, não sabe o que é a covardia, quando tem as massas trabalhadoras exploradas a defender e a guiar! Odeia a ditadura como o maior inimigo da classe proletariana e das massas trabalhadoras pobres; combate-la-há até ao fim, sem interrupções, persistentemente, sistematicamente.

Repudiamos os decretos-grilhetas da ditadura fascista, como a mais canalha e refinada prova de perseguição ás massas operárias e pequeno-burguesas e o maior entrave á luta pela sua emancipação politica e economica.

Exigimos a anulação pura e simples dos decretos burlas, inspirados nos mais retrogrados principios legislativos da Europa fascista. Exigimos o alargamento da amnistia a «todos» os presos, deportados e emigrados politicos, sem «distincções de classes», sem «distincções de acções», sem «distincções de postos».

Exigimos o direito á greve, á liberdade de organização sindical e politica, de reunião, imprensa e propaganda «para todos sem distincção»!

Exigimos o direito á greve, á liberdade de organização sindical e politica, de reunião, imprensa e propaganda, — para todos, sem distincção!

**OPERARIOS : ANARQUISTAS,
SOCIALISTAS, COMUNISTAS
OU DESORGANIZADOS !**

Façamos a frente unica, pela base, nas fabricas, nas empresas onde tra-

balhamos, nos campos ou quaisquer outros locais de trabalho! Elejamos, aí, onde todos nos conhecem e nós conhecemos todos, «os nossos comités de defesa», a frente única, pela base, contra o nosso maior inimigo — «a ditadura fascista».

SOLDADOS, MARINHEIROS, ESTUDANTES E INTELLECTUAIS:

Elegei os vossos comités de quartel, barco, escola ou gremio, independentemente de filiações partidárias, na mais larga frente única contra o inimigo que nos esmaga, explora e oprime, — «a ditadura fascista»!

ARTEZÃOS, TENDEIROS, PEQUENOS PROPRIETÁRIOS AGRÍCOLAS, PEQUENA BURGUEZIA:

Enfrentai resolutamente a onda reacionária do capital usurário que vos explora e oprime, os grandes proprietários que vos esmagam, as contribuições e hipotecas que vos asfixiam; organizai-vos contra o seu melhor defensor e vosso mais encarniçado inimigo, — «a ditadura fascista».

Organizemo-nos contra o inimigo comum, neste momento a ditadura fascista, conservando, embora, as vossas posições independentes de classes distintas. Luta comum contra o inimigo comum — mas luta independente, de classe contra classe, adentro dos nossos respectivos sectores!
AVANTE!

Contra a subordinação servil de de Portugal ao imperialismo inglês.

Contra os preparativos da participação de Portugal na guerra imperialista contra a revolução espanhola em marcha e contra a U. R. S. S.

Contra a existência da grande propriedade agrária e das terras do Estado, concelhos e freguesias, das igrejas e do capital usurário. «Sua distribuição gratuita pelos camponeses pobres, pequenos rendeiros e operários agrícolas». Abolição dos foros, do trabalho de parceria e braçal, das dívidas hipotecárias e das contribuições que esmagam os pequenos proprietários pobres.

Contra as grandes concentrações industriais e comerciais — os monopolos, como o maior inimigo da pequena burguezia.

Contra a ofensiva patronal; contra o despedimento atribulatório de operários e empregados; contra o imposto dos 2% sobre os salários; contra a diminuição dos salários; pela defesa e aumento de salários; pela jornada das 7 horas de trabalho; salário igual a trabalho igual: homens, mulheres e jovens. Subsídio aos desempregados, «exclusivamente» a expensas do patronato e do Estado. Contra o «trabalho forçado», salários de fome e a agência de filiações par-

O PROLETARIADO E A REVOLUÇÃO

A situação político-económica portuguesa no período actual, sob o jugo das camarilhas militar e reacionárias da Ditadura, obrigam a uma viragem total na luta do proletariado revolucionário em prol das suas reivindicações finais obrigando-se, a aceitar pela força das circunstâncias, uma frente única de luta revolucionária com as camadas liberais pequeno burguesas contra a Ditadura Militar e fascista.

O estado da nossa economia, onde inúmeros aspectos dos processos feudais de exploração ainda campeiam; o facto dos últimos governos da monarquia e todos os da república inclusivé o da Ditadura Militar terem condenado a nossa economia à situação de de colónia do capitalismo britânico e franco-belga, determinou o impedimento da realização da revolução industrial no nosso paiz e impedindo ou retardando a realização duma autentica revolução política.

Há longos seculos sendo do imperialismo inglês, tornou-se a partir de 1820 um campo de batalha onde se degladiaram o capitalismo financeiro inglês, francês, belga e o alemão até 1914.

Foi esta situação de paiz subjogado economicamente que forçou a burguezia nacional a participar na grande guerra, como obriga a nossa economia a marcar passo no mesmo terreno ou a reduzir-se assustadoramente ante a menor investida ou caprichos da

tidárias do commissariado do desemprego.

Contra o terror policial da ditadura fascista.

Contra os decretos ex-inquisitoriais da anistia barla. Contra a «distinção de classes entre presos, deportados e emigrados políticos». Contra a falsa generosidade fascista. Pela anulação pura e simples dos decretos.

Pela anistia geral — sem distinções de classes ou categorias — a todos os presos, deportados e emigrados políticos.

Pelo reconhecimento do «direito á greve», da liberdade e livre funcionamento dos seus comités de organização e direcção.

Contra a fascização dos Sindicatos. Pela liberdade de organização sindical e política, de reunião e de imprensa. Contra a censura e assistência policial ás assembleias, reuniões e sessões.

Contra o projecto da Constituição política fascista.

Abaixo a ditadura fascista — o maior inimigo das massas trabalhadoras, operárias e camponesas!

COMITÉ POLITICO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUES.

economia ou do capitalismo internacional.

Forçados a aceitar uma crise financeira e comercial permanente, graças à subordinação quasi total do paiz ao capital estrangeiro, caímos após cerca de 7 anos de predomínio da grande burguezia reacionária e no período da maior crise que o capitalismo tem atravessado numa situação tal que, todos os esforços tentados para a realização dum equilibrio orgamental ou comercial recaem inevitavelmente sobre o proletariado e as massas camponesas trabalhadoras, e a par destas, com motivo no agravamento cada vez maior dos impostos, sobre os pequenos proprietários rurais, industriais e pequenos comerciantes, afastando-os, cada vez mais rapidamente dos interesses e processos da grande burguezia monopolizadora.

A proletarianização constante das camadas pequeno burguezas empobrecidas, a impossibilidade em que se encontram de lutar contra a grande burguezia financeiro-industrial, conduzem-na a um estado de insatisfação permanente buscando em cada manobra politica salvar a sua situação de privilegiados em relação ás massas assalariadas.

Condenados, porém, no período actual a abandonar a rotineira politica de campanario, obrigados cada vez mais a interessarem-se pelos movimentos reivindicatórios das grandes massas exploradas, e a ter que contar com a intervenção delas em qualquer tentativa conspiratória que possa vir a ter um caracter insurreccional, caíram num estado de indecisão e impotencia tal, que urge realizar sobre elas o mais vasto e profundo labor revolucionario no sentido de as preparar e orientar na senda revolucionaria contra o fascismo do qual se torna imperioso imunizalas, forçando-as a aceitar uma frente unica de luta com o proletariado revolucionario em volta das tarefas e reivindicações immediatas da revolução, isto é: na senda da revolução democratica e contra a Ditadura Militar.

As aspirações das camarilhas militares e do alto funcionalismo em Portugal consistem na manutenção da «Ditadura Militar», porquanto é através dela que melhor poderão manter e sustentar os seus escandalosos e infames caprichos e privilegios. Não é, porém, o militarismo o unico nem o principal aspecto da razão da situação actual, se não fora assim escusada seria a existência da União Nacional, Liga 28 de Maio, Nacional-Sindicalismo, Centro Catolico, etc., organizações onde predominam o reinam os monarchicos disfarçados, o alto funcionalismo, a grande e média burguezia, no sentido de juntamente com as camarilhas militares disporem a seu bel talante da vida da nação.

A organica do Estado Novo que



por todos os processos procuram impor á grande massa da população, consistindo na existência dum presidente senhor supremo; num conselho executivo composto por indivíduos nomeados pelo presidente; na existência dum parlamento e numa camara corporativa ou técnica onde a grande burguesia predomina; na existência dum sufrágio indirecto, desigual e não universal; não significa outra coisa que a manutenção do povo completamente à mercê da policia e do funcionalismo civil e militar, e no predomínio político da grande burguesia e dos grandes proprietários. Numa palavra, o povo completamente excluído de toda e qualquer possibilidade de acção política. Só assim é possível assegurar o escandaloso «bem estar» do funcionalismo civil e militar e dos representantes reaccionários da Igreja, só assim os ricos se poderão permitir roubar descaradamente os operários e os camponeses, só assim será possível manter na ignorancia e privado para sempre de direitos o povo trabalhador.

A situação de comparsas e de lacaios da alta finança realizada pelos políticos liberais burgueses durante 22 anos de república encontra a sua expressão política na defesa e sustento da «república constitucional». Desnecessário se torna lembrar aqui todas as escandalosas negociações em que se viram comprometidos todos os líderes liberais burgueses, desde a questão dos Transportes Marítimos, Deposito dos Fardamentos, Casa da Risco e Lazareto, até ao caso do Angola e Metropole.

Afonso, Antonio Marias, Cunhas Leais, Nuno Simões, etc. todos absolutamente todos foram cúmplices das nojentas roubações. Quando algum político pequeno burguês tinha a estulta pretensão de bulir, no mínimo que fora, nos interesses da grande burguesia breve era votado ao ostracismo e reduzido politicamente a zero. A Ditadura Militar nasceu num momento de após agravamento da crise financeira enquanto um presidente do ministério instigado pela crise e pelo entusiasmo popular proclamou as cadeiras do poder «que as espingardas da Guarda não eram feitas para espingardear o povo».

Caro lhe devia sair o atrevimento. O caso dos Tabacos, industria onde a burguesia nacional auferiu os mais fantasticos lucros, havia pouco depois de servir á maravilha para acabar de vez com a comédia parlamentar.

Na existência dum presidente chefe constitucional do executivo; na existência duma camara alta (senado), e duma camara de deputados, eleitas por sufrágio directo mas não completamente igual, universal e secreto, consiste na possibilidade da policia, funcionários, exercito e governo, de parceria com a grande burguesia e os ricos proprietários, deterem a quasi totalidade do poder, pretendendo contentar as massas com o engodo duma participação ficticia na obra governa-

tiva. Todo o aparelho do Estado fica na dependencia, mal encoberta, dos capitalistas e grandes proprietários, os quais a coberto da lei, podem roubar tranquilamente, de direito e não arbitrariamente, os operários da cidade e do campo.

Ainda hoje no caso Torlades e no caso Placido assistimos aos restos da república constitucional em Portugal.

O valor real da influencia do povo no poder está bem de manifesto nos resultados obtidos após 20 anos de regime e de revoluções mais ou menos populares para que insistamos sobre o assunto. Na realidade tem sido sempre as camarilhas militares e burguesas quem tem dado o tom a toda a «obra» realizada.

Que poderão pretender as classes exploradas e como lhes será possível libertar-se da situação actual? É possível uma frente unica de luta entre as classes assalariadas, operários e camponeses, que ora suportam a quasi totalidade da crise, com os pequenos proprietários, os pequenos comerciantes, os artesãos e os pequenos industriais manufatureiros, reduzidos á miséria pelos impostos e pela usura do capital prestamista?

É! Basta-lhes para isso lutar pela não existência de providencias que impliquem um poder de facto; pela não existência de camaras corporativas técnicas etc., e luta pela existência duma camara unica, eleita por sufrágio realmente universal, directo, igual e secreto, estabelecendo a revogabilidade de todo e qualquer mandato quando isso seja julgado neces-

sario pelo respectivo eleitorado, isto é: lutar contra todos os processos de fasciação do Estado. Lutar por um regime em que a policia, o exercito e funcionalismo estejam inteiramente subordinados ao povo e nunca podendo gosar de nenhum poder proprio; Lutar pela abolição de todos os privilegios dos capitalistas e dos grandes proprietários.

Lutando por um regime em que o povo gose da integridade do poder, unico e indivisivel.

Numa palavra: lutar pela democracia revolucionaria directa e activa verdadeiramente popular, onde a grande maioria da população operários e camponeses possam do facto fazer valer os seus direitos.

Só assim será possível «ensinar o povo livre e educado a reger por si proprio os seus negocios e, principalmente, para permitir á classe operaria combater livremente pelo socialismo, quer dizer, por um regime que não conheça nem pobres nem ricos, e no qual todas as terras, fabricas e empresas pertencerão ao conjunto de todos os trabalhadores».

Só um labor revolucionario inteiro realizado em todos os sectores das classes da vanguarda, só uma frente unica de luta frente á Ditadura Militar em volta das reivindicações imediatas e comuns pode levar á derrocada da Ditadura Fascista. Frente á reacção clerical-fascista que campeia e progride, só um esforço abnegado e persistente revolucionario de massas nos pode conduzir á conquista do PÃO, PAZ E LIBERDADE.

A SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS

É cada vez mais aflitiva a situação dos operários rurais.

Raro é o dia em que novos contingentes destes camaradas não são lançados á rua sem trabalho, sem pão e sem qualquer auxilio.

A onda dos sem-trabalho alastra por toda a parte. Portugal foi sempre o país onde as classes trabalhadoras pior viveram. Os seus salarios foram, sempre, os mais baixos e miseráveis. Agora, porem, nem já esses salarios existem, em grande parte do país. «A maioria dos operários rurais vive do salario de 4\$00 (!) por dia — e menos ainda: 3\$00... e 2\$50! — trabalhando 3 vezes por semana! Os que trabalham...

A revolta cresce a par da miséria. «É preciso defender da miséria os nossos camaradas rurais. É preciso ampara-los na revolta contra os seus exploradores!»

São ás dezenas as localidades onde este odioso fruto da sociedade capitalista incide mais brutalmente e esmaga os nossos camaradas rurais: o desemprego e os salarios de fome.

Apontemos, por ora, só algumas delas; levemos a esses camaradas os nossos protestos da melhor solida-

riedade e a certeza de que o Partido Comunista — o seu unico defensor de classe — os segue atentamente, confia na sua acção e está pronto a defendê-los, em todas as emergências, pelas suas reivindicações.

— Assumar (Portalegre). Grupos de 40 e mais trabalhadores percorrem os «montes», pedindo pão ou trabalho.

— A mamar. É deploravel o quadro de miséria dos sem-trabalho desta região, postados nas estradas, estendendo a mão á caridade publica.

— Seixas (Minho). Crise pavorosa. A fome alastra por toda a região.

— Leiria. Luta-se com a mais extraordinaria falta de trabalho. A miséria cresce ininterruptamente. Localidades ha onde os rurais ganham unicamente 3\$00 (!) e 2\$50 (!) por dia, trabalhando unicamente 2 e 3 vezes por semana!

— Bragança. Aumenta o desemprego. A miséria impera por toda a parte...

Isto é apenas uma pequena amostra do muito que vai de miséria, de fome e de exploração capitalista, por esse país fora...

Mas não deixemos, todavia, de

CONTRA O FASCISMO

===== Viver trabalhando ou morrer combatendo =====

elucidar este já terrível quadro, com uma transcrição dos maiores jornais da burguesia portuguesa, insuspeito, portanto.

— Santa Marta de Penaguião (Regua). «Modesta, humilde, sem grandes edifícios, é um centro de população rural, que ali vive, em casebres toscos e parranos, numa promiscuidade por vezes repugnante.

A crise reflecte-se em Santa Marta, numa exibição pavorosa de miséria. Confrange entrar nesses pardieiros infectos, miasmáticos, onde habita o povo trabalhador — quatro paredes nuas, sujas, suando humidade, onde a luz mal penetra...

— Quem vive aqui? — interrogamos.

— Eu, o meu homem e cinco filhos...

— Onde dormem?

— Nestas duas camas... Nós, numa, e os filhos na outra... — dois á cabeceira e três aos pés...

— Quanto ganha o seu homem?

— 4 escudos por dia.

E a pobre mulher mostra-nos a brãa que acabara de comprar — uma brãa de milho de Benguela (África) — o pão mais ordinário:

— 4 escudos, meu senhor, e mal chega para os pequenos...

— E o caldo?...

— Quando o ha, quer dizer, quando nos dão umas couves e um fio de azeite... Mas, muitos dias — quantos dias! — nem caldo temos...

— E quando se acaba a «brãa de pão»?

— Toca a tossir... Andamos muitas vezes com «tosse» — isto é, com fome.

Visitamos outras casas. O mesmo espectáculo — o mesmo quadro de miséria. Ha fome. Famílias inteiras, das que conseguem ainda ter quem para elas ganhe — porque outras ha onde o trabalho falta em absoluto — são obrigados a viver de 2850, 3800 e 3850 (o maximo), por dia, pagando rendas de casa que oscilam entre 15 e 30000!!»

Isto é escrito no «Diario de Notícias», órgão da burguesia, insuspeito, portanto, em 26 de Novembro passado, por Armando Boaventura, burguês e monarchico — um dos maiores lacaios da grande e media propriedade rural.

Não foram bolchevistas quem o escreveu. Foram eles proprios, a classe maldita e vil dos exploradores das massas trabalhadoras e esfaimadas!...

Transcrevemos o quadro na sua repugnante, confrangedora e revoltante simplicidade.

— Mas qual de vós, camaradas rurais não sente um pouco deste quadro de miséria e revolta?

— Qual de vós, trabalhadores rurais, não sentirá crescer a revolta contra os vossos exploradores e não terá ansias de libertar-se?

Rurais! Olhai os vossos irmãos russos, libertados já da tirania e da miséria da exploração capitalista!

«Ninguém é culpado de ter nascido escravo. Mas o escravo que se envergonha das suas aspirações á liberdade, que justifica e aceita a sua escravidão, esse escravo desperta um legitimo sentimento de pesar, de desprezo e de nojo. Esse escravo é uma besta servil.

Lenine

Camaradas! Bandos de ociosos e anafados meninos burgueses, acabados de benzer na sacristia, pretenderam vir para a rua no dia 1.º de Dezembro ostentar a sua petulancia e as suas camisas azuis; eram os «Nacionais-Sindicalistas».

De parceria com os cadastrados da policia de informações, pretenderam levar a cabo a mais repelente das provocações ao proletariado revolucionário. Não tiveram porém coragem de levar por diante o seu infame propósito. No dia 1.º de Dezembro só as creanças das escolas, a maior parte filhos de operários cobardes e inconscientes, vieram para a parada saudar, como os escravos romanos, os homens da Ditadura.

Depois de insultarem a nossa miséria com o seu espaventoso luxo e

Fazei como eles! A propriedade que trabalhais é vossa! Organizai-vos para a luta:

— Organizai as vossas comissões de defesa, e protestai, junto das autoridades da freguesia e do concelho, para que o governo e os patrões vos dêem um subsidio, quando desempregados!

— Organizai as vossas comissões de defesa, e recusai vos a pagar as rendas das casas, as dividas e os forais aos vossos patrões!

— Organizai as vossas comissões de defesa, e exigi um aumento de salarios que vos garanta a existencia de vossos filhos e companheiras.

— Organizai as vossas comissões e, sem mais demora, sem mais explicações, sem mais excitações — apropriai os vossos exploradores — apoderai vos, violentamente, das terras dos vossos verdugos! A terra pertence-vos. E' só vossa, que a trabalhais!

O Partido Comunista estará convosco.

abastança feita á custa do nosso trabalho, a burguesia prepara os bandos dos nacional-sindicalistas para nos virem provocar para a rua. Depois de tentarem reduzir-nos pela fome, pois nem ao trabalho nos dão direito, pretendem agora extremar-nos fisicamente. O governo da Ditadura Militar-Fascista e o «valeroso» exercito português, esses cobardes parasitas que só tem coragem para mandar espingardear o povo indefeso á custa do qual vivem, protegem-os.

! Pois bem; cá estamos! O Partido Comunista Português, o proletariado revolucionário consciente não foge á luta.

Operários, Camponeses e estudantes revolucionários! A pé contra os bandidos fascistas!

Eles querem a guerra de rua; eles querem que corra o sangue proletário; eles querem a guerra civil sem treguas nem quartel. Pois que seja assim! O operariado português é suficientemente nobre e brioso para que possa consentir que o reduzam pela fome e ainda por cima o venham provocar sem que saiba bater-se como deve.

Camaradas! A torpe burguesia servida pela Ditadura infame que aí está não nos permite já que vivamos tranquilamente trabalhando; desçamos pois á rua a esmagar os provocadores e conquistar o nosso direito á vida combatendo.

! Todos prontos para as batalhas que se apróximam!

O governo da Ditadura protege estes bandidos, mostremos pois a esta canalha que os operários portugueses preferem morrer combatendo a deixar se apodrecer de fome.

O nacional-sindicalismo é o ultimo estertor do capitalismo agonizante. E' a ultima fortaleza da burguesia fascista.

A sua base de apoio é a confusão. A sua principal causa é a defesa da grande propriedade agraria e financeira.

O nacional-sindicalismo, milicias terroristas do fascismo português — como o italiano e o alemão, polaco, etc. — é o maior inimigo das massas operarias.

Ha que combata-lo sistematicamente.

SALAZAR E O OPERARIADO

te, constantemente, por toda a parte. Orienta-o a alta burguesia agraria; financia-o o capital financeiro e usurario...

Os nacionais-sindicalistas portugueses são os maiores proprietários agrarios portugueses — o nosso maior inimigo!

As brigadas de provocadores dos laços nacional-sindicalistas iniciaram a luta, nas ruas, em Bragança e Coimbra.

Acolitado pelos esbirros da policia e tiranetes militaristas, o nacional-sindicalismo, força de assalto da grande burguesia contra o proletariado, continua a tradição fascista mussolinista e hitleriana.

Já esqueceram — os bandidos, laços da burguesia agraria e financeira — as lições da Rua da Madalena. Já esqueceram essas noites inolvidaveis de tarcia, em que voluntariamente, sistematicamente, soldados, marinheiros e operarios os iam arrancar do covil e ensinar como se «paga uma provocação»...

Camaradas! Tal como os gloriosos revolucionarios de Lyon, lancemos bem alto e forte o nosso brado de guerra, o nosso grito de combate, o dilema tragico em que se encontram todos os famintos e desgraçados: «Viver trabalhando ou morrer combatendo».

Viva a frente unica revolucionaria contra o fascismo!

Abaixo a Ditadura!

Abaixo o Nacional-Sindicalismo!

A todos os trabalhadores

organizados e desorganizados — comunistas, anarquistas, socialistas e indifferentes

Escrevei para o «Avante!» Enviai-nos as vossas sugestões e confiai-nos as vossas misérias.

Denunciai, por intermedio de «Avante!» o regime de exploração, repressão e vexames a que vos obrigam diariamente as exigencias do capitalismo!

Denunciai nas colunas de «Avante!» — o órgão de todo o operariado revolucionario — os vossos salarios de miseria e horarios de trabalho forçado a que vos obrigam nas oficinas, nas empresas, nas casernas e nos campos!

Não vos preocupeis com estilo literario ou correcção de escrita.

«Avante!» é um jornal operario, e, como tal, só o preocupa a voz das oficinas, das empresas, casernas e campos, de qualquer forma que ela venha transmiti-la — bem ou mal.

Iniciai, desde já, a vossa correspondencia; como unica indicação, indicaí o local donde escreveis.

Escrevei para «Avante!».

A parte mais importante para o proletariado do discurso politico de Salazar é evidentemente, aquela em que ao proletariado se refere.

Começa o ditador por fazer a afirmação de que a grande massa do operariado português não está organizada. Infelizmente, para nós operarios, é uma dura verdade. Se assim não fosse Salazar não o tinha dito, nem mesmo teria tido oportunidade para o dizer, porque se o proletariado português tivesse uma organização vasta e consciente já mais teria havido oportunidade para a existencia de Salazar e da Ditadura Militar. Não nos cabe, porém, a nós a culpa de tal situação, mas sim aqueles que menosprezando os interesses gerais e permanentes da classe a que pertencem, se negaram e negam sistematicamente a adoptar uma vasta frente unica revolucionaria de classe que os levaria ao abandono total da sua ideologia, métodos e tacticas, preferindo conduzir o proletariado português á derrota e á abdicación perante a Ditadura fascista, conquanto que muito embora ao preço da derrota do proletariado pudessem alimentar a estulta vaidade que os anima, não hesitando entre a realização das manobras derrotistas e liquidacionistas do movimento operario, e a viragem para uma luta aborta, amida, livre e independente do proletariado revolucionario que as circunstancias impunham.

O facto, porém, de a classe operaria portuguesa não estar suficientemente organizada associativamente não impede que o proletariado revolucionario não lute encarnadamente pela organização da revolução contra a ditadura fascista. Menos organizado associativamente que o operariado russo, e a revolução contra o tzarismo fez-se e o proletariado revolucionario russo soube conduzi-la na senda do socialismo, isto é: da sua emancipação.

Tambem em Portugal, muito embora isso pese ao Salazar e á sua miopia, a revolução anti-ditatorial e anti-fascista ha-de fazer-se, o proletariado português renegando os chefes cobardes, liquidacionistas e traidores que têm tido, ha-de tomar nela a parte mais activa por forma a encontrar as posições e os meios que possam conduzi-la á realização de todos os seus objectivos de classe revolucionaria e hegemonica que é, na presente etape historica.

Salazar é ainda inconsequente, contradir-se a si proprio quando afirma que só uma reduzida parte do proletariado português se eoloca no campo da luta de classes. Pois se só «uma pequena parte» está no partido socialista, se os diversos partidos republicanos burgueses sómente conseguem influenciar alguns dirigentes traidores, se não ha senão meia duzia de malandros assalariados filiados no nacional-sindicalismo, onde está então o proletariado português?

Salazar, por uma questão de boa politica, pretende esconder esta grande e perturbadora verdade para a burguesia portuguesa, que consiste precisamente no facto de a maioria esmagadora do proletariado português estar franca e conscientemente dentro do campo da luta de classes. Mais revolucionarios uns, menos revolucionarios outros, a verdade é que as circunstancias determinantes da radicalização e da educação politica revolucionaria do operariado português se estão exacerbando dia a dia quer interna quer externamente, quer economica quer politicamente.

E' verdade que nem todos são marxistas e revolucionarios, mas é loucura negar que as massas operarias ainda hoje, sob a influencia do anarquismo «utopico» ou do sindicalismo «apolitico» podem enfileirar no campo contra-revolucionario traído os seus irmãos de classe que pelos seus proprios interesses se batem, sofrendo todas as infamias, torturas e vexames que a Ditadura militar fascista sobre eles tem executado. Não! O proletariado português não é constituído por cobardes e traidores. Dentre as massas anarco-sindicalistas ha um sem numero de valorosos revolucionarios sinceros e honestos que bastante apreciamos, que muito embora uma vez ou outra comprometidos e burlados pelos seus chefes, são no entanto incapazes de abandonar os seus irmãos na luta, e muito menos passarem para o campo da contra-revolução burguesa e fascista. O facto de carecerem, na sua quasi totalidade, de educação politica e revelacionaria, não implica que eles possam constituir as reservas da contra-revolução burguesa, antes pelo contrario, eles constituem a imensa reserva da revolução proletariana. Os factos, atravez do desenrolar da luta, os elucidarão sobre o caminho a seguir, realizando na pratica a cultura revolucionaria que hoje ainda não possuem.

De resto, não temos a pretensão de sermos todos uma maioria esmagadora para a realização das essenciais tarefas que se impõem; por agora aspiramos a ser o mais rapidamente possivel os suficientes para, juntamente com todos os outros revolucionarios com partido ou sem partido, destruir para sempre a Ditadura militar e exterminar todas as raizes do fascismo em Portugal.

Salazar promete que com a «solicitude que lhe é propria vai interessar-se pela solução do desemprego, habitação, higiene, saúde, invalidez, salario, educação, organização, defesa pela elevação social, dignidade e transformação economica da situação do proletariado».

Até custa a acreditar que tivesse prometido tanto, mas a verdade é que com um cinismo e uma hipocrisia

atroz, de que só é capaz um miserável do seu quilate, prometeu isto tudo, e não prometeu mais porque não quiz.

Não, Salazar! Ha aí um equívoco que é necessário desfazer. Nós já sabemos o que vale a tua «solicitude» e a da tua policia, nós sabemos ha muito, graças a uma longa e horrivel experiencia, de como a burguesia liberal ou ditatorial, conservadora ou radical, trata dos problemas dos trabalhadores.

Tu julgas que estás a falar só para homens do jaez dos 100 cadastrados da informação que te foram escutar no Terreiro do Paço!

Não! A maioria do povo português, a quasi totalidade dos trabalhadores portugueses ainda não desceu tanto, e a prova é que só os rafeiros da policia de informação te foram ouvir. Nós, os que trabalham e os que tudo fazemos, queremos nós proprios resolver os assuntos que nos dizem respeito, porquanto só nós o poderemos realizar e só nós sabemos de facto quais as nossas necessidades e aspirações. E' estúpido supores que nós carecemos da tua «solicitude» ou da de qualquer outro explorador ou representante dos exploradores para resolver os problemas dos que trabalham. Mentos descaradamente quando tal afirmas, pois que logo em seguida proclamas que «não podemos ir depressa» e de que só farás excepção das realizações «que desconheçam o principio da hierarquia dos valores e dos interesses».

Ora nós pensamos e queremos exactamente o inverso. Quanto a valores só reconhecemos o da actividade socialmente util, isto é: o trabalho realmente produtivo e socialmente aproveitavel, quanto a hierarquias de valores e interesses não reconhecemos nenhuns a não ser a dos que trabalham sobre os que não trabalham, a dos que tudo produzem sobre a dos parasitas, a dos explorados sobre os exploradores, a dos trabalhadores sobre os não trabalhadores, numa palavra a do proletariado sobre a burguesia.

Salazar, representante da alta burguesia financeira portuguesa e fiel laçao do imperialismo britânico, não pode «admitir que o operariado seja uma classe privilegiada». Salazar está convencido que com o seu decantado Estado Novo, «um regime de autoridade forte», pode condenar o operariado a permanecer eternamente na situação de classe espoliada e de reserva de carne para canhão.

Salazar engana-se! O operariado português, conduzido pelo seu partido de classe — o Partido Comunista — há-de, como os seus irmãos russos conquistaram e os operários de todos os países se preparam a conquistar, a sua completa emancipação económica e a sua hegemonia política.

Frente a uma burguesia servil, impotente e acafala, o proletariado português, aproveitando a experiencia das lutas proletárias no seu país e a dos seus irmãos estrangeiros, poderá,

«Cabo Mondego»

Depois de burlar o operariado e o Estado com alguns milhares de contos — uma das características fundamentais do Estado fascista é o financiamento à alta burguesia — a companhia das «Minas do Cabo Mondego» abriu falencia... atirando para o desemprego e para a fome 300 familias operárias.

Prezentas familias operárias, a sentir-se morrer á mingua, sem trabalho e sem pão!

Não pode ser. Não podemos sofrer por mais tempo a tirania e exploração da miséria a que fomos abandonados, pela Companhia e seu Governo!

Camaradas! E' criminoso sofreremos, resignadamente, durante mais tempo.

Esgotados todos os recursos pacíficos e persuasórios, resta-nos apenas um: «a reivindicação energica, pela reva, pela revolta!»

O governo troça de nós obrigando-nos a caminhar 30 quilómetros diários, para ganhar 5 escudos! A afronta, é das piores! A provocação, é inqualificavel! Não consentamos nem que nos afrontem mais, nem que continuem a provocar-nos!

—Porque não reabrem, imediatamente, os trabalhos paralizados?

—Porque não nos proporcionam salários compatíveis com o custo da vida?

—Porque não nos subsidiam, com os salários por inteiro, no desemprego, de que não temos culpa?

Camaradas! O nacional-sindicalismo procura — como abutre sobre carne morta — explorar com a nossa miséria.

Esse laçao da alta finança diz solidarizar-se connosco, no seu «jornal burguês».

Mentira! Pois se estamos reduzidos á fome e á miséria, devemos-lo exclusivamente á companhia capitalista que nos despediu e ao seu governo de classe, que não nos subsidia!

Porque não obrigam os nacionais sindicalistas — servidores da mais alta burguesia e do governo — a que reabram os trabalhos ou nos seja distribuido um subsidio — Provocadores!

Camaradas! — Elejamos o nosso comité de defeza.

Procuramos, por nós, mesmos, aquilo que a burguesia e seu governo nos negam. — Pão ou trabalho!

Figueira da Foz, Dezembro, 1932.

Um mineiro

muito mais cedo que a grande burguesia supõe, derruir os alicerces inconsistentes na qual se apoia a Ditadura Militar-fascista, lutando decididamente pela constituição de um Governo Operário e Camponez, por liberdades concretas, pela democracia directa e responsavel perante as grandes massas, etc., por forma a realizar a educação politica das massas em vista da sua completa emancipação.

Comissão Central de Organização do P. C. P.

Afim de apurar as responsabilidades que impendem sobre vários camaradas presos, resolveu a C. C. O., em sua reunião de 28 p. p.:

1.º Averiguar, de cada camarada preso, até onde levaram as revelações feitas á policia, quer de *motu proprio* quer sob as *matores opressões, maus tratos e torturantes espancamentos*;

2.º Lembrar a todos os camaradas comunistas — presos e em liberdade — que o nosso Partido é o unico *verdadeiramente* odiado pela burguesia e seu governo, o unico *verdadeiramente* perseguido numa ancia feroz de extermínio e, portanto, o unico que requiere os maiores sacrificios para resistir heroicamente ás torturas policiaes;

3.º Que *qualquer* revelação comprometedora, á policia, *voluntaria ou obrigatoriamente sob a mais dura opressão*, constitui uma *tração ao proletariado revolucionario* e seu partido de classe — o Partido Comunista;

4.º Que todas essas delações sejam punidas e se tomem, desde já, as mais severas medidas contra todas as trações, inclusivé a de expulsão do Partido;

5.º Que todos os camaradas presos se prestem voluntaria e deliberadamente a enviar os seus relatorios a esta Comissao.

Serão controladas todas as afirmações feitas.

Lisboa, 28-11-32.

COMORG

O último esforço

Continuam na espelunca da rua da Leva da Morte os bárbaros espancamentos aos presos politicos. Continuam e continuarão, por certo, até que um dia o proletariado, a classe mais martirisada naquela moderna Inquisição, resolva acabar com aquilo duma vez para sempre.

Por aqui se constata bem do estertor em que se encontra o odioso capitalismo. Mas os esforços desesperados dos seus laçaios não sustarão a marcha vitoriosa do proletariado para a sua emancipação. As barbaridades cometidas no antro vil da Policia de Informaçoes, o sangue inocente ali vertido, mais servirá para cimentar o ódio das classes trabalhadoras aos serventuários fiéis da burguesia: aos laçaios da Ditadura Militar-Fascista.

O pacto de não agressão Franco-Soviético

Jornalismo

Devido à censura infamante perante a qual a imprensa burguesa se curva submissa, não teve este facto a repercussão devida em Portugal. Ou por bem ou por mal, deveria a imprensa referir-se a ele, e das suas notícias tiraria a classe proletária o conceito que melhor entendesse. Mas exactamente por medo às deduções que o proletariado poderia tirar de tão sintomático acontecimento, é que a imprensa burguesa da nossa terra, além do que lhe impedia a censura caserna, resolveu botar silêncio sobre o assunto.

O pacto de não agressão entre a França e a União Soviética representa um acontecimento político e económico que as massas trabalhadoras da U. R. S. S. e do mundo inteiro devem estimar como uma vitória da política de Paz dos Soviéticos. O proletariado da União Soviética ainda se lembra bem do papel de iniciador, de organizador e director que o imperialismo francês desempenhou durante vários anos nas lutas contra a U. R. S. S. Recordam-se também do seu jogo intervencionista na criação dos exércitos brancos e do apoio que concedeu a Polónia branca, que em 1920 invadiu a República Soviética. Recordam ainda as repetidas tentativas dos imperialistas franceses, mesmo depois da guerra civil, para despedaçar a União Soviética e sabotar a sua edificação socialista.

A União Soviética vem realizando, desde o primeiro dia da sua existência, uma luta constante e encarniçada pela Paz. E os seus inimigos têm-se visto obrigados a reconhecer esta política. Só a União Soviética tem aproveitado todas as conferências para apresentar projectos no sentido da verdadeira colaboração pacífica entre os povos.

A crise dos países capitalistas e a admirável vitória da U. R. S. S. na industrialização socialista, transformaram as relações entre o mundo capitalista e o mundo socialista, troca favorável à U. R. S. S. Os governos burgueses vêm-se obrigados a reconhecer que a União Soviética se transformou numa potente fortaleza do socialismo.

Não é por acaso que a União Soviética, nos últimos anos, tem firmado uma série de pactos de não agressão com vários países vizinhos. Para todos os seus inimigos mais encarniçados, para a burguesia e para os meios

militaristas das repúblicas bálticas e da Polónia, tornou-se perfeitamente claro quanto arriscado é recorrer, nas circunstâncias actuais, a uma aventura anti-soviética, sobretudo tendo em conta a força política e económica formidavelmente desenvolvida na U. R. S. S. e o poderoso desenvolvimento revolucionário nos países capitalistas e coloniais.

Esta verdade torna-se evidente, mesmo para os dirigentes franceses. A crise económica levou os economistas da França a uma atitude mais cuidada com respeito ao poder dos soviéticos. A agravação das contradições nascidas de Versalhes desempenhou também um papel importante a este respeito.

As massas trabalhadoras da União, que sentiram sempre grande simpatia pelo povo francês e por suas tradições revolucionárias, celebraram o pacto de não agressão entre a França e a U. R. S. S. As massas trabalhadoras da França, por seu lado, realizaram também, no devido tempo, uma luta heroica contra a intervenção feudal.

A União Soviética não esquecerá nunca que quando a cadeia de intervenções capitalista a rodeava por todos os lados, os organizadores destas intervenções tropeçaram com a resistência não só da massa trabalhadora da U. R. S. S. mas também das massas trabalhadoras francesas.

Por motivo da assinatura do pacto de não agressão franco-soviético, não deixará de se falar numa nova orientação na política estrangeira dos Soviéticos.

Porém, se alguém avaliar da sua orientação, não foi a União, mas sim certos países capitalistas, obrigados a contar cada vez mais com o peso decisivo do país dos Soviéticos. No que respeita à União, hoje como ontem continuará a sua política de Paz com todos os países que não recorram, contra ela, aos métodos da intriga e da provocação.

CAMARADA :

Tem bem patente este facto. Enquanto na U. R. S. S., pátria do proletariado mundial, os trabalhadores, senhores dos seus destinos, edificam vitoriosamente o socialismo, fazendo desaparecer a prostituição, a fome e o desemprego, nos países capitalistas, como tu próprio o verificas, estes cancro aumentam assustadoramente.

Visto que os jornalistas são a classe mais directamente afectada, moral e materialmente, sobretudo, pela existência abjecta da censura, seria lógico que estes fôsem quem erguesse o maior e mais veemente protesto contra a situação mesquinha e vil para que são atirados por dois ou três sujeitos que talvez mal saibam semear os feijões e as batatas que destinam ao bando de carneiros que comandam.

Mas não. Os jornalistas da nossa terra, que só pensam no bem-estar das suas ilustres pessoas, sentem-se bem assim, obedecendo à voz do comando e fazendo sair do seu bostunto apenas o que muito bem entende o seu tinente.

Sempre julgámos que partiria destes *homens livres* a ofensiva contra tão ignominiosa situação...

E dizem-se alguns comunistas! Venham para cá, venham...

Resolução do Secretariado do P. C. Português sobre a expulsão de Adame, Trilla, Vega e Bullegos

O Secretariado do P. C. Português aprova sem reservas a decisão do C. E. da I. C. quanto à expulsão do P. C. Espanhol do grupo de aventureiros e sectários, composto por Adame, Trilla, Vega e Bullegos.

Realizando uma política de camarilha no sentido de manter a influência que disfrutavam e alimentar as suas vaidades pessoais, não hesitaram em comprometer o movimento revolucionário espanhol desagregando o partido e isolando-o das massas, impedindo a realização de uma ampla luta pela unidade do movimento sindical.

Cometendo constantemente erros gravíssimos oportunistas e sectários, isolando o partido quer no campo nacional quer internacional, serviram melhor do que ninguém os interesses da contra-revolução.

O P. C. Português confia que com a expulsão dos contra-revolucionários, Adame, Trilla, Vega e Bullegos as relações entre os dois partidos irmãos da Península se estreitem e firmem definitivamente.

O P. C. Português espera confiante na vitória do P. C. Espanhol sobre as forças divisionistas do movimento operário em Espanha.

Os comunistas portugueses seguem atentos a marcha revolucionária dos seus irmãos de além fronteiras, prontos a lançar-se na batalha pela vitória da classe operária de Espanha.

¡ Viva o Partido Comunista de Espanha !

¡ Viva a Internacional Comunista !